

INFECÇÕES VIRAIS COMUNS NA INFÂNCIA E SEU MANEJO

Jerônimo de Assis Garcia Neto¹

Vinicius de Souza Fernandes Vieira²

Sarah Elisa Gomes de Paula Macêdo³

Renan Makoto da Silva Kumagawa⁴

RESUMO:

Introdução: As infecções virais estão entre as principais causas de morbimortalidade na infância, representando um desafio contínuo para a saúde pública mundial. Essas doenças afetam sobretudo lactentes e crianças pequenas, em razão da imaturidade imunológica, podendo variar de quadros leves e autolimitados a complicações graves e fatais. Entre as infecções de maior relevância encontram-se a COVID-19, o vírus sincicial respiratório (VSR), a bronquiolite viral aguda, a doença mão-pé-boca (DMPB) e o vírus Zika. **Materiais e Métodos:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases PubMed e SciELO, com seleção de artigos publicados entre 2015 e 2025, em inglês e português, disponíveis em texto completo. Foram incluídos revisões sistemáticas, revisões narrativas, estudos observacionais e editoriais que abordassem epidemiologia, manifestações clínicas, complicações, manejo e prevenção das principais infecções virais pediátricas. Foram excluídos artigos sem relação direta com infecções pediátricas, relatos de caso isolados e publicações duplicadas. **Discussão:** As infecções respiratórias, como a bronquiolite e o VSR, são as principais causas de hospitalização em lactentes, representando elevado ônus clínico e econômico. A doença mão-pé-boca, antes considerada benigna, hoje é reconhecida como potencialmente grave, podendo cursar com complicações neurológicas. O Zika vírus destacou-se por sua associação com malformações congênitas, tornando-se um problema persistente mesmo após a redução dos surtos epidêmicos. Já a COVID-19 modificou a epidemiologia das doenças virais na infância, com impacto direto na circulação de outros patógenos e desafios no enfrentamento da desinformação e da hesitação vacinal. Além disso, novas estratégias terapêuticas, como anticorpos monoclonais e vacinas, têm mostrado impacto promissor no controle dessas doenças. **Conclusão:** As infecções virais comuns na infância exigem condutas individualizadas e baseadas em evidências, levando em consideração fatores clínicos, epidemiológicos e sociais. Apesar de avanços significativos, não há soluções universais, reforçando a necessidade de protocolos multiprofissionais, vigilância epidemiológica contínua e mais estudos de longo prazo para o manejo ideal dessas doenças em diferentes contextos populacionais.

Palavras-Chave: Infecções virais; Pediatria; Manejo clínico

E-mail do autor principal: jeronimo096@gmail.com

¹Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), Mineiros-GO, jeronimo096@gmail.com

²Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), Mineiros-GO, vennyvieira@gmail.com

³Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), Mineiros-GO, sarahelisadepaula@gmail.com

⁴Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), Mineiros-GO, rkumagawa@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XXI foram marcadas por um número sem precedentes de epidemias virais, intensificadas pela globalização, mudanças climáticas e desigualdade no acesso a vacinas e terapêuticas. Entre essas epidemias, a introdução do conceito de “Doença X” pela Organização Mundial da Saúde (OMS) buscou antecipar ameaças virais emergentes com potencial pandêmico, incluindo doenças respiratórias e arboviroses que impactam particularmente a infância (HOFFMAN; MALDONADO, 2024).

A doença mão-pé-boca (DMPB), causada principalmente por enterovírus como EV-A71, CVA16 e CVA6, representa uma preocupação crescente na Ásia-Pacífico e em outros continentes. Embora geralmente autolimitada, pode evoluir para complicações neurológicas graves, caracterizando-se como uma ameaça emergente à saúde infantil. O crescente número de surtos destaca a necessidade de estratégias preventivas e de vigilância mais eficazes (ZHU et al., 2023).

O vírus sincicial respiratório (VSR) é considerado uma das principais causas de infecções respiratórias agudas em crianças, especialmente menores de cinco anos. Seu impacto global inclui milhões de hospitalizações anuais e elevado ônus em sistemas de saúde. Apesar de não existir tratamento antiviral específico, avanços recentes com vacinas maternas e anticorpos monoclonais ampliam as perspectivas de prevenção (ASSERI, 2025).

Outros vírus, como o Zika e o SARS-CoV-2, também se destacam por seus efeitos na saúde pediátrica. O ZIKV demonstrou forte associação com a síndrome congênita do Zika, com repercussões ao longo da vida, enquanto a COVID-19 expôs as fragilidades na comunicação em saúde pública e alterou os padrões epidemiológicos de outras doenças infecciosas infantis (MARIA et al., 2024; EUN, 2025).

Diante deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo revisar as principais infecções virais comuns na infância, descrevendo suas características clínicas, complicações, impacto epidemiológico e estratégias de manejo e prevenção, de forma a fornecer subsídios para profissionais de saúde na abordagem integral dessas doenças e orientar futuras pesquisas e políticas de saúde pública.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração deste estudo, foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases de dados PubMed e SciELO, utilizando os descritores “pediatric viral infections”, “respiratory syncytial virus”, “bronchiolitis”, “hand-foot-and-mouth disease”, “Zika virus” e “COVID-19 in children”. Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, que abordassem aspectos relacionados à epidemiologia, manifestações clínicas, complicações, prevenção e manejo terapêutico das principais infecções virais na infância. Foram selecionados ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas, meta-análises, estudos observacionais e artigos de revisão narrativa que apresentassem evidências relevantes para a prática clínica e para a compreensão do impacto epidemiológico dessas doenças. Os critérios de inclusão contemplaram publicações em inglês e português, disponíveis em texto completo, que discutissem de forma direta a carga global, as manifestações clínicas, as estratégias de tratamento e os desfechos clínicos de infecções como VSR, bronquiolite viral aguda, doença mão-pé-boca, infecção por Zika e COVID-19 em pediatria. Foram excluídos estudos duplicados, publicações em outros idiomas sem tradução disponível, artigos de opinião, relatos de caso isolados e estudos cujo foco principal não estivesse diretamente relacionado ao manejo clínico ou às repercussões epidemiológicas das infecções virais pediátricas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As infecções respiratórias continuam a ser o grupo mais prevalente e de maior impacto clínico entre as doenças virais pediátricas. O VSR é o principal agente etiológico dessas infecções, com alta taxa de hospitalização em crianças menores de dois anos. Além dos quadros agudos, há associação de longo prazo com chiado recorrente e desenvolvimento de asma na infância, ampliando a relevância epidemiológica da doença (ASSERI, 2025).

A bronquiolite viral aguda, embora muitas vezes autolimitada, pode evoluir para insuficiência respiratória em lactentes de alto risco, como prematuros e crianças com cardiopatias congênitas. O manejo ainda é alvo de debate: diretrizes atuais contraindicam uso rotineiro de broncodilatadores e corticosteroides, mas estudos recentes sugerem que determinados subgrupos podem se beneficiar de terapias individualizadas, indicando que o tratamento deve ser mais personalizado (PASCHOARELLI et al., 2024).

A doença mão-pé-boca, causada principalmente por enterovírus, é geralmente considerada uma infecção benigna. Entretanto, surtos recentes mostraram maior gravidade, com

complicações neurológicas graves, como encefalite e paralisia flácida aguda. Essa evolução clínica grave motivou estudos sobre vacinas contra EV-A71, já testadas em alguns países, mas ainda não implementadas globalmente (ZHU et al., 2023).

O vírus Zika, além de causar manifestações clínicas agudas leves em crianças, destacou-se pela associação com a síndrome congênita do Zika, caracterizada por microcefalia e múltiplas malformações. A epidemia de 2015-2016 no Brasil revelou a vulnerabilidade de gestantes e recém-nascidos, e ainda hoje há necessidade de acompanhamento prolongado de crianças afetadas, devido às repercussões no desenvolvimento neuropsicomotor (MARIA et al., 2024).

A COVID-19 alterou profundamente a epidemiologia das infecções pediátricas. Embora inicialmente considerada branda em crianças, foram descritas complicações graves, como a síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica (MIS-C), com risco de evolução fatal. Além disso, algumas variantes, como a Omicron, apresentaram maior taxa de hospitalização em crianças, desafiando a percepção inicial da doença (EUN, 2025).

Outro aspecto da pandemia foi a alteração na circulação de outros vírus respiratórios. Durante as medidas de isolamento social, houve queda acentuada de doenças como influenza e VSR, seguida por ressurgimento atípico após o relaxamento das medidas, com epidemias fora da sazonalidade habitual. Esse fenômeno reforçou o impacto das intervenções comportamentais na dinâmica das doenças virais (HOFFMAN; MALDONADO, 2024).

A hesitação vacinal e a desinformação também emergiram como barreiras significativas no enfrentamento das infecções virais. Campanhas antivacina e informações falsas sobre COVID-19 levaram a atrasos na imunização infantil, aumentando a vulnerabilidade das crianças não apenas ao coronavírus, mas também a doenças preveníveis já conhecidas, como sarampo e poliomielite (EUN, 2025).

Ademais, avanços recentes incluem o desenvolvimento de anticorpos monoclonais de longa duração contra o VSR, que demonstraram eficácia na prevenção de hospitalizações em lactentes. Além disso, vacinas maternas contra o vírus já estão em estudo e representam uma estratégia promissora para proteção precoce das crianças, especialmente nos primeiros meses de vida (ASSERI, 2025).

No caso da DMPB, além da busca por vacinas contra EV-A71, pesquisas vêm explorando terapias antivirais específicas. No entanto, até o momento, o tratamento permanece essencialmente de suporte, com monitoramento rigoroso de sinais de complicação neurológica, o que reforça a importância da vigilância clínica em áreas endêmicas (ZHU et al., 2023).

Em relação ao Zika, os esforços atuais concentram-se em controle vetorial, vigilância epidemiológica e acompanhamento de crianças com síndrome congênita. Entretanto, a ausência de vacinas eficazes ainda limita o controle da doença, e os impactos a longo prazo no desenvolvimento das crianças reforçam a necessidade de suporte multiprofissional (MARIA et al., 2024).

Portanto, a análise integrada dessas doenças demonstra que, apesar de avanços importantes, o manejo das infecções virais pediátricas ainda enfrenta grandes lacunas. A heterogeneidade clínica, a ausência de antivirais específicos para a maioria dos agentes e a dificuldade de implementação de medidas preventivas universais tornam a questão complexa. Estratégias de saúde pública precisam considerar aspectos clínicos, sociais e econômicos para serem eficazes (HOFFMAN; MALDONADO, 2024).

Com isso, a crescente ameaça da chamada “Doença X”, conceito que simboliza um vírus desconhecido com potencial pandêmico, reforça a necessidade de fortalecer sistemas de vigilância, investir em plataformas vacinais adaptáveis e garantir maior preparo dos sistemas de saúde. O aprendizado obtido com VSR, HFMD, Zika e COVID-19 pode servir como base para respostas futuras mais rápidas e eficazes (HOFFMAN; MALDONADO, 2024).

4. CONCLUSÃO

As infecções virais pediátricas representam um dos maiores desafios da saúde pública contemporânea, combinando alta incidência com risco de complicações graves. Apesar de avanços como anticorpos monoclonais, vacinas e protocolos mais individualizados, o manejo ainda exige integração entre prevenção, clínica e vigilância epidemiológica. A experiência da pandemia de COVID-19 e de epidemias recentes reforçou que não há soluções universais. Protocolos multiprofissionais, estratégias de comunicação em saúde e investimentos em pesquisa são fundamentais para reduzir o impacto clínico e social dessas doenças. Portanto, o enfrentamento das infecções virais comuns na infância deve combinar inovação biomédica com

políticas públicas eficazes, visando proteção integral das crianças em diferentes contextos populacionais.

REFERÊNCIAS

- ASSERI, A. A. Respiratory Syncytial Virus: A Narrative Review of Updates and Recent Advances in Epidemiology, Pathogenesis, Diagnosis, Management and Prevention. *Journal of Clinical Medicine*, v. 14, n. 11, p. 3880–3880, 30 maio 2025.
- EUN, B. W. The changing landscape of pediatric infectious diseases before, during, and after the COVID-19 pandemic. *Child Health Nursing Research*, v. 31, n. 2, p. 79–84, 30 abr. 2025.
- HOFFMAN, S. A.; MALDONADO, Y. A. Emerging and re-emerging pediatric viral diseases: a continuing global challenge. *Pediatric Research*, v. 95, n. 2, p. 480–487, 1 jan. 2024.
- JONES, E. et al. Outcomes following severe hand foot and mouth disease: A systematic review and meta-analysis. *European Journal of Paediatric Neurology*, v. 22, n. 5, p. 763–773, set. 2018.
- MARIA, C. et al. Clinical spectrum of congenital Zika virus infection in Brazil: Update and issues for research development. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 57, 1 jan. 2024.
- PASCHOARELLI, R. et al. Acute viral bronchiolitis phenotype in response to glucocorticoid and bronchodilator treatment. *Clinics*, v. 79, p. 100396–100396, 1 jan. 2024.
- ZHU, P. et al. Current status of hand-foot-and-mouth disease. *Journal of Biomedical Science*, v. 30, n. 1, 24 fev. 2023.